

Com Brasil

BMC

Banco BMC S.A.

POLÍTICA ECONÔMICA

Insistência no ataque estrutural à inflação

por Claudia Safatle
de Brasília

A equipe econômica do governo tem pela frente uma dura tarefa. Terá de prosseguir na implementação cautelosa do programa econômico, em meio a uma circunstância de reconhecida perda de espaço político, e vislumbrando para os próximos dois a três meses um agravamento da taxa de inflação.

A expectativa é de que neste mês de agosto a inflação suba para a casa dos 33%, fique ainda elevada, mas estável, entre setembro e outubro, iniciando uma reversão da tendência altista por volta de novembro.

Será uma tarefa de enorme engenharia política passar por esses próximos meses, com o chamado "fator 94" nas ruas (as disputas pela sucessão presidencial), previsíveis especulações de "choques", sem arredar os pés do que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tem garantido ser o programa do governo: o ataque frontal às causas estruturais da inflação.

Para dois dos principais formuladores da política econômica, o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, e o secretário adjunto, Gustavo Franco, a receita para fazer essa travessia do que reconhecem como "dois a três meses de conjuntura desfavorável", deverá ser perseverança e determinação no ajuste fiscal, de um lado, e o uso de "medidas pontuais" de outro.

Medidas que, como assinalou Fritsch, compreenderiam uma parada na recomposição real de tarifas públicas, "sem permitir que o atual estágio de valor real das principais tarifas se perca". Considera-se entre os técnicos, até mesmo, a possibilidade de, através de uma providência legal, contornar a determinação de uma lei, aprovada no primeiro semestre deste ano, que prevê a recuperação real das tarifas de energia elétrica em 8,7% reais, ao mês, até outubro próximo.

"Nós não vamos sucumbir à pressa. Desde 1986 que não se mexe nas causas estruturais da inflação porque o País tem pressa, porque o País não pode conviver com uma taxa de inflação elevada. Isso é hipocrisia, pois desde 1986 que estamos vivendo essa situação de inflação extremamente elevada. O que as pessoas estão temendo é por um choque, que não haverá", garantiu Gustavo Franco.

"Nosso passo, agora, é ter mãos firmes no leme, mostrando que o programa econômico tem consistência e que sua implementação vai reverter as expectativas." Moderação nos

reajustes tarifários, utilização eficiente dos estoques reguladores no período de entressafra e "muita conversa" com os formadores de preços ("price-makers") seriam, para Fritsch, as medidas acessórias, pontuais, das quais o governo lançaria mão para conter o ímpeto inflacionário dos próximos três meses.

Ainda neste mês de agosto o Ministério da Fazenda

pretende concluir as negociações com os governos estaduais, em torno da rolagem de suas dívidas com a União.

O processo de negociação já está em fase adiantada, sendo feito caso a caso, e sua conclusão representaria uma notícia favorável para a equipe econômica.

O cronograma da equipe prevê para cada mês uma desova de medidas conce-

bidas no programa de ação imediata. Ainda em agosto, no mais tardar setembro, espera "abrir a verdadeira caixa preta", segundo Franco, que representa as relações entre o Banco Central e o Tesouro Nacional. Para setembro, está prevista a divulgação das novas regras e fronteiras do programa de privatização.

Um campo que está praticamente decidido, na área de privatização é vender ao setor privado obras que precisam ser concluídas e para as quais o governo não tem recursos. Um exemplo emblemático é a hidrelétrica de Xingó, onde já foram investidos US\$ 2 bilhões e falta pelo menos metade disso para concluir a obra.

A proposta do Ministério da Fazenda deverá ser de privatizá-la, através do regime de concessão, como o BNDES já o fez, numa experiência piloto, com a Usina de Cachoeira Dourada, em Goiás, junto à construtora Norberto Odebrecht. Outra possibilidade em avaliação é fazer o arrendamento da Rede Ferro-

viária Federal, entre outras alternativas que estão sendo estudadas em substituição ao leilão de ações em bolsa de valores.

Recuperar o espaço que a equipe perdeu nos últimos vinte dias, para Fritsch, "é apenas uma questão de tempo. Com as medidas pontuais agindo no curto prazo e a afirmação do programa econômico, vamos reganhar a confiança".

Na última sexta-feira o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, declarou-se disposto a permanecer no cargo até o final do governo Itamar Franco, se isso for de interesse do presidente da República, conforme despacho da Agência Globo. Ao anunciar essa disposição, o ministro negou que pretendia concorrer à sucessão presidencial e espera, com tal manifestação, acalmar os ânimos dos políticos que, segundo avaliação do Ministério da Fazenda, é que vêm obstruindo os caminhos da estabilização, como teria ficado claro na discussão da política salarial.